



Número: **8028142-62.2020.8.05.0000**

Classe: **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Órgão julgador colegiado: **Presidência - Núcleo de Precatórios**

Órgão julgador: **Núcleo de Precatórios**

Última distribuição : **29/09/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos:

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
BAHIA TRIBUNAL DE JUSTICA (REQUERENTE)	
MUNICIPIO DE SAO JOSE DA VITORIA (REQUERIDO)	MARCOS ANTONIO FARIAS PINTO (ADVOGADO) FELIPE OLIVEIRA OLIVEIRA (ADVOGADO) JESSICA SANTIAGO DE SANTANA (ADVOGADO) SAULO REIS PINTO (ADVOGADO) RAFAELA MENEZES COSTA ABOBOREIRA (ADVOGADO) FERNANDA REIS ABREU (ADVOGADO) GRAZIELLY CUNHA DE SANTANA (ADVOGADO) MAIZA OLIVEIRA DE SOUZA (ADVOGADO)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA BAHIA (CUSTOS LEGIS)	
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5 A REGIAO (INTERESSADO)	
ANA PAOLA SANTOS MACHADO DINIZ (INTERESSADO)	
KARINE ANDRADE BRITTO OLIVEIRA (INTERESSADO)	
FREDERICO AUGUSTO DE AGUIAR RODRIGUES (INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
22265037	14/12/2021 17:37	Despacho	Despacho



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
Presidência - Núcleo de Precatórios

Processo: PRECATÓRIO n. 8028142-62.2020.8.05.0000

Órgão Julgador: Presidência - Núcleo de Precatórios

REQUERENTE: BAHIA TRIBUNAL DE JUSTICA

Advogado(s):

REQUERIDO: MUNICIPIO DE SAO JOSE DA VITORIA

Advogado(s): MARCOS ANTONIO FARIAS PINTO (OAB:BA14421-A), JESSICA SANTIAGO DE SANTANA (OAB:BA4 SAULO REIS PINTO (OAB:BA38231-A), RAFAELA MENEZES COSTA ABOBOREIRA (OAB:BA38226-A), FERNAND ABREU (OAB:BA29401-A), MAIZA OLIVEIRA DE SOUZA (OAB:BA44475-A), GRAZIELLY CUNHA DE SANTANA (OAB:BA3028200A), FELIPE OLIVEIRA OLIVEIRA (OAB:BA55534)

DESPACHO

Vistos, etc.

O **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA VITÓRIA** formulou pedido de readequação do Plano Anual de Pagamentos de Precatórios para 2021, para que novo valor a ser pago seja fixado, observando-se as regras inseridas ao regime especial, pela Emenda Constitucional nº 109/2021.

Nessas condições, e estando o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA VITÓRIA** enquadrado no Regime Especial de Precatórios, o Ente se submete as disposições do art. 101, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, :

Art. 101. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, se encontravam em mora no pagamento de seus precatórios quitarão, até 31 de dezembro de 2029, seus débitos vencidos e os que vencerão dentro desse período, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou por outro índice que venha a substituí-lo, depositando mensalmente em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração deste, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça local.

Nestes termos, o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA VITÓRIA** deverá quitar, até 31 de dezembro de 2029, os precatórios vencidos e os que vencerem nesse período, depositando o percentual suficiente para quitação de seus débitos.



De qualquer modo, não se pode perder de vista que a alteração promovida pela Emenda Constitucional nº 109/2021, não desobrigou o Ente Devedor do pagamento mínimo previsto no art. 101, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e que deve corresponder ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial, nunca inferior a 1%.

Nessas condições, e considerando a Média da Receita Corrente Líquida informada pela Coordenadoria do Núcleo (R\$ 1.692.692,49), o **valor mínimo mensal** a ser pago pelo **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA VITÓRIA** equivale a **R\$ 63.287,09 (sessenta e três mil, duzentos e oitenta e sete reais e nove centavos)**, equivalente ao percentual vigente por ocasião da edição da Emenda Constitucional nº 99/2019, desde que suficiente para quitação da dívida.

Ora, consolidado o estoque de precatórios do **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA VITÓRIA** para o período 2021/2029, no montante de **R\$ 3.037.780,13 (três milhões, trinta e sete mil, setecentos e oitenta reais e treze centavos)**, o valor da parcela mensal para quitação até o ano de 2029, seria de **R\$ 28.658,30 (vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos)**, superior, portanto, ao valor mínimo mensal, devendo aquele, por isso, prevalecer.

Por sua vez, para definição do novo plano anual de pagamentos, há que se ter em conta que a Emenda Constitucional nº 109/2021, não previu regra de transição. Assim, até sua promulgação e entrada em vigor, em 15 de março de 2021, vigorou as condições definidas pela legislação anterior, a Emenda Constitucional nº 99/2017.

Nessas condições, o Plano Anual de Pagamentos para 2021 deve ser formulado segundo a Emenda Constitucional nº 99/2017, até o mês de fevereiro, e em obediência à Emenda Constitucional nº 109/2021, a partir do mês de março.

Como o Plano Anual anteriormente estabelecido previu o pagamento, pelo **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA VITÓRIA**, para o ano de 2021, de parcelas mensais de **R\$ 28.658,30 (vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos)**, o **PLANO DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA VITÓRIA**, para o ano de **2021**, já sob as regras da Emenda Constitucional nº 109/2021, deve atender aos seguintes valores:

Mês	Valor mês	Pagamentos
Janeiro e Fevereiro	R\$ 63.287,09	R\$ 12
Março a Dezembro	R\$ 28.658,30	R\$ 28
Ano de 2021		R\$ 41



Isto posto, fica **PARCIALMENTE ACOLHIDO O PEDIDO DE READEQUAÇÃO FORMULADO**, fixando-se o **PLANO ANUAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS** do **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA VITÓRIA**, para o ano de **2021**, nos seguintes termos:

1 - O Plano Anual de Pagamentos do **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA VITÓRIA**, para o ano de 2021, corresponderá, assim, ao montante de **R\$ 413.157,18 (quatrocentos e treze mil, cento e cinquenta e sete reais e dezoito centavos)**, a ser pago em parcelas mensais, no valor de **R\$ 63.287,09 (sessenta e três mil, duzentos e oitenta e sete reais e nove centavos)**, para os meses de janeiro e fevereiro, e de **R\$ 28.658,30 (vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e trinta centavos)**, para os meses restantes.

Cabe destacar, por fim, que o ente devedor efetuou o recolhimento de R\$ 63.287,10 (sessenta e três mil, duzentos e oitenta e sete reais e dez centavos), consolidando, portanto, um débito de **R\$ 349.870,09 (trezentos e quarenta e nove mil, oitocentos e setenta reais e nove centavos)**.

Já em relação ao **PLANO DE PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS**, para o ano de 2022, o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA VITÓRIA** não apresentou proposta.

Estando o **MUNICÍPIO**, como visto, enquadrado no Regime Especial de Precatórios, deverá quitar, até 31 de dezembro de 2029, os precatórios vencidos e os que vencerem nesse período, depositando o percentual suficiente para quitação de seus débitos.

Ainda conforme a norma, o valor a ser depositado mensalmente observará um percentual mínimo da Receita Corrente Líquida – RCL, ou de 1% (um por cento) ou do percentual adotado quando da entrada em vigor da EC 109/2021, o que for maior, não podendo, contudo, ser inferior ao suficiente para quitação do débito.

Assim e considerando que, a partir de 2021, faltarão 96 (quarenta e oito) meses para quitação do saldo de precatórios existentes, o **ENTE DEVEDOR** deve apresentar, para o ano de 2022, uma proposta que contemple o pagamento mensal de 1/96 (um noventa e seis e oito avos) do saldo de precatórios existentes.

Consoante planilha elabora pelo NACP, o **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA VITÓRIA** possui saldo de precatórios até o orçamento de 2022, no valor de R\$ 1.558.788,32 (um milhão, quinhentos e cinquenta e oito mil, setecentos e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos).

Considerando o saldo de precatórios a pagar e o número de meses restantes do Regime Especial (96 – noventa e seis), a parcela proposta mostra-se de acordo com o regramento constitucional.

Por fim, saliente-se que o Comitê Gestor das Contas Especiais, em reunião ocorrida no dia 10 de dezembro de 2022, manifestou-se favoravelmente a aprovação do Plano Anual.

Registre-se, assim, que o Plano Anual de Pagamentos do **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA VITÓRIA** para o ano de 2022, corresponderá a pagamentos mensais de R\$ 16.237,38 (dezesseis mil, duzentos e trinta e sete reais e trinta e oito centavos), no percentual de 1,07076% da Média da Receita Corrente Líquida, e que corresponde ao pagamento anual de R\$ 194.848,56 (cento e noventa e quatro mil, oitocentos e quarenta e oito reais e cinquenta e seis centavos).

Nesses termos, fica **HOMOLOGADO** o **PLANO ANUAL DE PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS** do **MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA VITÓRIA**, para o ano de 2022.



Ressalte-se, por fim, para apuração do estoque de precatórios, foi abatido o montante que deveria ser pago pelo Município no ano de 2021, e que, eventualmente não o foi. Assim, a homologação do Plano Anual de Pagamentos de 2022 não elide eventual dívida do ano de 2021, devendo ser instaurado, se já não o foi, o respectivo incidente de sequestro.

Publique-se e Notifique-se.

Salvador, 10 de dezembro de 2021

Cláudio Césare Braga Pereira

Juiz Assessor NACP

